

## Métodos e avaliações em planejamento participativo: uma revisão sistemática integrativa

*Methods and evaluations in participatory planning: an integrative systematic review*

Maíra Longhinotti Felipe\*, João Guilherme Saraiva Rodrigues Pereira\*\*, Ana Luíza Dagnoni\*\*\*,  
Rachel Lopes Fernandes Fonseca\*\*\*\*, Luiza de Mattos Silva\*\*\*\*\*, Márcia Seixas dos Santos\*\*\*\*\*

\*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, mairafelipe@gmail.com

\*\*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, joaoguilhermesrp@gmail.com

\*\*\*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, analuiza.dagnoni@gmail.com

\*\*\*\*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, rachelopesfernandes@gmail.com

\*\*\*\*\*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, luizademattoss@gmail.com

\*\*\*\*\*Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil, marcinhaseixas@gmail.com

usjt  
arq.urb

número 41 | abr - dez de 2026

Recebido: 13/09/2023

Aceito: 09/03/2026

DOI: [10.37916/arq.urb.vi41.694](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi41.694)



---

### Palavras-chave:

Planejamento territorial.  
Projeto participativo.  
Métodos participativos.

### Keywords:

Territorial planning.  
Participatory project.  
Participatory methods.

### Resumo

O processo de planejamento participativo envolve a colaboração de diferentes pessoas, grupos e setores da comunidade que, em conjunto, contribuem em projetos que influenciam no território onde habitam. Nesse contexto, este artigo apresenta uma revisão de literatura do tipo sistemática e integrativa sobre metodologias de ações colaborativas. Foi possível extrair dados qualitativos e quantitativos, descrições metodológicas e avaliações que permitiram maior compreensão a respeito de experiências participativas. Do mesmo modo, diagramas-síntese dos dados encontrados foram elaborados. Além de revelar diversos métodos comumente utilizados, os resultados permitiram o reconhecimento de algumas das problemáticas e potencialidades da aplicação desse tipo de abordagem.

### Abstract

The participatory planning process involves the collaboration of different individuals, groups and sectors of the community that together contribute to projects that influence the territory where they live. In this context, this article presents a systematic and integrative literature review on methodologies for collaborative decision-making. It was possible to extract qualitative and quantitative data, methodological descriptions and assessments that allowed greater understanding about participatory experiences. In the same way, diagrams of the findings were drawn up. In addition to revealing different widely used methods, the results enabled the recognition of a number of difficulties and potentialities in the application of this type of approach.

método pode ser dificultada pela ausência do comprometimento dos atores da comunidade local (como se vê, por exemplo, em Babajanian, 2011; e Dennis, 2006). Outras dificuldades guardam relação com a falta de percepção de limitações da realidade em questão por parte dos aplicadores do método que, por vezes, não identificam antecipadamente adversidades, como a ausência de compreensão entre as partes (Anafo; Takyi, 2020; Kohl; Yli-Pelkonen, 2005), a possível falta de acesso à internet em alguns locais e a dificuldade de vinculação dos participantes em formato voluntário, levando ao desgaste da metodologia (Abdul-Rahaman; Adusah-Karikari, 2019; Zhang *et al.*, 2019).

Como se pode perceber a partir desta breve descrição acerca das vantagens e desafios do planejamento participativo no campo da Arquitetura e do Urbanismo, está-se lidando com uma abordagem metodológica abrangente e com alto grau de complexidade, visto que diz respeito tanto a pessoas e grupos humanos, de um lado; como a sistemas, objetos e lugares, de outro; e ao modo como esses fatores interagem entre si para produzir múltiplas percepções, expectativas e interesses. Como tantos fenômenos socioambientais ampliados, que surgem das interações complexas entre pessoas, ambientes e tecnologias, o planejamento participativo beneficia-se da interdisciplinaridade como mecanismo privilegiado para a superação de dificuldades. Assim, a partir de uma perspectiva teórica e metodológica múltipla, que por vezes extravasa o campo da Arquitetura e do Urbanismo, percebe-se a necessidade de mapear e avaliar práticas colaborativas diversas, utilizadas em estudos anteriores de diferentes campos disciplinares, de modo a se compreender com maior exatidão em que medida e de que forma oferecem benefícios e desafios. Essa sistematização poderá dar base para uma expansão dos conhecimentos científicos sobre os modos mais adequados de se pensar colaborativamente os espaços das cidades.

À luz dessas considerações, este trabalho teve como objetivo geral revisar a literatura mais ampliada acerca do planejamento participativo. Como objetivos específicos, o estudo pretendeu: (a) levantar as metodologias do processo de participação; (b) identificar as avaliações feitas para os métodos apresentados; (c) desenvolver quadros conceituais sobre as metodologias e avaliações resultantes da revisão que simplifiquem as buscas e compreensões dos estudos referentes ao tema. A investigação aqui relatada faz parte de um estudo mais amplo que, por meio de ações

## Introdução

Planejamento participativo é a abordagem metodológica que envolve a coparticipação de diferentes pessoas, grupos e setores da comunidade, que ao partilharem espaços, momentos e experiências, ligam-se para participar da concepção de projetos em territórios que habitam (Martini; Torti, 2003). Desta definição, compreende-se que a prática participativa pode acontecer em relação a variados objetos de planejamento – incluindo processos, produtos e ambientes – e ser matéria de interesse de diferentes campos disciplinares, como o da Arquitetura e Urbanismo, voltada à concepção espacial em múltiplas escalas, desde os micro espaços interiores até o planejamento e desenho urbanos.

No campo do planejamento e desenho das cidades, o projeto envolvendo a ação direta dos usuários que utilizam um determinado local tende a ser mais qualitativo do que quando se restringe a uma aristocracia organizacional (Vandresen *et al.*, 2019), visto que está relacionado à formação da identidade espacial, o fortalecimento do sentido de pertencimento ao lugar e o aumento da responsabilidade de mantê-lo e preservá-lo (Adams, 2002). Além destes benefícios, o uso dessa metodologia nas práticas da Arquitetura e do Urbanismo vem sendo descrito como ponto de partida para o desenvolvimento da conexão e colaboração entre os atores de uma comunidade. Desse modo, nota-se como esse processo é responsável por influenciar diretamente na conjuntura das relações individuais e coletivas, proporcionando vantagens à comunidade como, por exemplo, a consolidação do tecido social (Cordeiro *et al.*, 2017; Fenster; Misgav, 2014); a resignificação das relações com espaços urbanos em esferas afetivas, o que favorece interações dotadas de sentidos de pertencimento e apropriação; e a valorização histórica e cultural do ambiente urbano (Cuthill, 2004; Puşcaşu, 2014).

Considerando tais benefícios, é imprescindível que essa metodologia seja verdadeiramente considerada na formulação de estratégias voltadas ao planejamento urbano, como há mais de duas décadas estabelece o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001). No entanto, por se tratar de um método colaborativo, identificam-se dificuldades na aplicação com grupos variados de pessoas, principalmente pelos conflitos causados por interesses diferentes entre os participantes e interação ineficiente entre os membros do grupo (Poolman; Van de Giesen, 2007). A implementação do

sociais coletivas, objetiva promover o planejamento e a requalificação de ambientes urbanos restauradores do bem-estar pela valorização da natureza.

## Método

Trata-se de estudo secundário, com estratégia de investigação qualitativa e perfil descritivo-exploratório. O instrumento de pesquisa foi a técnica de revisão de literatura sistemática do tipo integrativa que, mediante estabelecimento de procedimentos explícitos e reproduzíveis, permite reunir diferentes fontes de material, bem como dados teóricos e empíricos, qualitativos e quantitativos, experimentais e não-experimentais, a fim de apresentar um panorama amplo e compreensivo sobre o tema de interesse. Para a condução da revisão de literatura, os pesquisadores seguiram as seguintes etapas: (a) explicitação do tema e formulação da questão de pesquisa; (b) definição da estratégia de busca de trabalhos a serem revisados; (c) busca de trabalhos propriamente dita; (d) seleção de trabalhos; (e) extração e tabulação de dados; (f) análise de dados.

A partir dos objetivos do estudo mais amplo do qual faz parte a presente investigação, e adotando-se uma perspectiva interdisciplinar como explicitado na introdução deste trabalho, definiu-se como tema de pesquisa para a revisão de literatura o planejamento participativo e a seguinte questão de pesquisa foi formulada: Quais são os métodos utilizados no planejamento participativo e como são avaliados? Foram rastreados textos disponibilizados na íntegra à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina, sem limitação de tempo de publicação ou área específica de conhecimento, nas bases de dados de ciências sociais aplicadas Scopus, ScienceDirect, Scielo, Sage, EBSCO, DOAJ e JSTOR. Foram considerados todos os materiais que continham os descritores *participatory planning*, *participatory project*, *participative planning* ou *participative project* no título, resumo ou palavras-chave.

Desse modo, foram obtidos 970 trabalhos diferentes na primeira saída de dados. Dentre estes, estabeleceu-se que seriam selecionados, por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave, apenas os estudos escritos em português, espanhol ou

*Maira Longhinotti Felipe, João Guilherme Saraiva Rodrigues Pereira, Ana Luíza Dagnoni, Rachel Lopes Fernandes Fonseca, Luiza de Mattos Silva e Márcia Seixas dos Santos*

*Métodos e avaliações em planejamento participativo: uma revisão sistemática integrativa* inglês, que fossem primários e trouxessem contribuições para a questão de pesquisa, especificamente, que apresentassem quaisquer métodos ou técnicas de planejamento participativo. A partir destes critérios de inclusão, foram selecionados 226 trabalhos para análise.

Por meio da leitura dos textos selecionados, foram extraídos e tabulados em planilha do *software* Excel os seguintes dados: a referência completa do texto, o ano de publicação, o(s) país(es) de origem do estudo, os métodos de ações sociais coletivas descritos, bem como a avaliação apresentada sobre estes métodos. Na etapa de análise de dados, foram calculadas as frequências de estudos por ano de publicação, assim como a frequência de observação dos diferentes países de origem. Além disso, através da análise de conteúdo, foi realizada a categorização dos achados quanto aos métodos de planejamento participativo encontrados, além da avaliação trazida sobre esses métodos. Por fim, mapas conceituais foram elaborados para uma representação gráfica dos resultados.

## Resultados e discussão

Dentre os 226 trabalhos selecionados para análise<sup>1</sup>, 72,12% foram publicados entre 2011 e 2021. A Figura 1 mostra a evolução constante, apesar de não linear, no número de estudos publicados sobre o tema a partir de 2005. Com o avanço do entendimento sobre a relevância do planejamento participativo para a elaboração de projetos inclusivos e democráticos, percebe-se uma busca cada vez maior de compreensão da metodologia. Não houve estudos anteriores a 1996 na seleção final.

Em relação à origem dos estudos, boa parte deriva de países europeus (44,5%), seguidos pelo continente americano (32,3%) e pela Ásia (12,2%). No entanto, o país que mais apresentou publicações sobre o tema foram os Estados Unidos, com 44 estudos dentre os 226 selecionados. O Brasil também teve participação expressiva nos achados da pesquisa, comparando em 20 estudos. A África e a Oceania, por sua vez, estiveram menos presentes, sendo que os estudos oriundos desses continentes representam apenas 11% das menções totais. A Figura 2 apresenta

---

<sup>1</sup>Busca realizado no ano de 2021.

Maira Longhinotti Felipe, João Guilherme Saraiva Rodrigues Pereira, Ana Luíza Dagnoni, Rachel Lopes Fernandes Fonseca, Luiza de Mattos Silva e Márcia Seixas dos Santos

Métodos e avaliações em planejamento participativo: uma revisão sistemática integrativa

melhor distinção entre os objetivos dos métodos. O conjunto seguinte, sobre (iv) **procedimentos**, é também organizado em subcategorias que delimitam a orientação das ações metodológicas, como análise ou tomada de decisões. Por fim, em (v) **apresentação de resultados**, são identificados os métodos de exposição dos desfechos do processo participativo.

dados detalhados da frequência de observação dos diferentes países de origem dos estudos.



Figura 1. Gráfico representando a quantidade de trabalhos revisados por ano de publicação. Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

No que se refere aos métodos de planejamento participativo, foi possível categorizar os achados em cinco classes: (i) delineamento da pesquisa, (ii) amostragem, (iii) ferramentas e instrumentos de coleta de dados, (iv) procedimentos e (v) apresentação dos resultados. Uma representação gráfica dessas classes e de seu conteúdo pode ser visualizada no mapa conceitual da Figura 3.

Para o desenvolvimento do mapa conceitual dos métodos, foi necessária a organização e a subdivisão das informações, a fim de contribuir para uma melhor compreensão da natureza de cada método. Os (i) **delineamentos** foram estabelecidos a partir dos tipos de investigação encontrados, como, por exemplo, bibliográfico ou geográfico. Já a categoria da (ii) **amostragem** serve ao propósito de registrar por quais meios foi realizada a seleção de participantes. Os (iii) **instrumentos de coleta de dados**, por sua vez, foram agrupados em subcategorias, de modo a destacar um alinhamento entre os interesses comuns das ferramentas e, dessa forma, uma

Continentes				
África	América	Ásia	Europa	Oceania
África do Sul (5)	Argentina (1)	China (6)	Alemanha (10)	Austrália (9)
Egito (1)	Brasil (20)	Coreia do Sul (1)	Áustria (1)	Nova Zelândia (3)
Etiópia (1)	Canadá (4)	Índia (6)	Bélgica (4)	
Gana (4)	Chile (4)	Indonésia (3)	Dinamarca (3)	
Kênia (1)	Colômbia (3)	Israel (3)	Espanha (8)	
Senegal (1)	Cuba (1)	Japão (2)	Finlândia (8)	
Tanzânia (2)	Estados Unidos (44)	Jordânia (1)	Grécia (5)	
Uganda (1)	México (3)	Libano (2)	Holanda (18)	
	Peru (2)	Sri Lanka (1)	Itália (12)	
		Tailândia (1)	Noruega (4)	
		Taiwan (2)	Polônia (3)	
		Turquia (2)	Portugal (6)	
		Vietnam (1)	Reino Unido (17)	
			República Tcheca (2)	
			Romênia (1)	
			Suécia (6)	
			Suíça (5)	
<b>n = 16 (6,3%)</b>	<b>n = 82 (32,3%)</b>	<b>n = 31 (12,2%)</b>	<b>n = 113 (44,5%)</b>	<b>n = 12 (4,7%)</b>

Figura 2. Tabela indicando os países de origem dos estudos revisados. Fonte: elaborada pelos autores, 2022. Nota. Ao lado de cada país, o valor entre parênteses corresponde ao número de vezes em que este aparece como um dos países de origem nos estudos. N = 254 (total de menções).

Neste trabalho, optou-se por evidenciar nas descrições a seguir apresentadas os métodos considerados pelos pesquisadores como sendo menos usuais e aqueles julgados como mais relevantes para a compreensão geral do diagrama da Figura 3. Assim, na categoria de amostragem, destaca-se a seleção por bola de neve, uma

Maira Longhinotti Felippe, João Guilherme Saraiva Rodrigues Pereira, Ana Luíza Dagnoni, Rachel Lopes Fernandes Fonseca, Luiza de Mattos Silva e Márcia Seixas dos Santos  
*Métodos e avaliações em planejamento participativo: uma revisão sistemática integrativa*  
 para estabelecer o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes quando atingida a saturação de informações coletadas.

técnica efetiva de pesquisa focada em encontrar membros de grupos sociais de difícil acesso, como, por exemplo, imigrantes (Bockorni; Gomes, 2021). Além desta, ressalta-se a seleção de participantes por saturação, processo conceitual usado

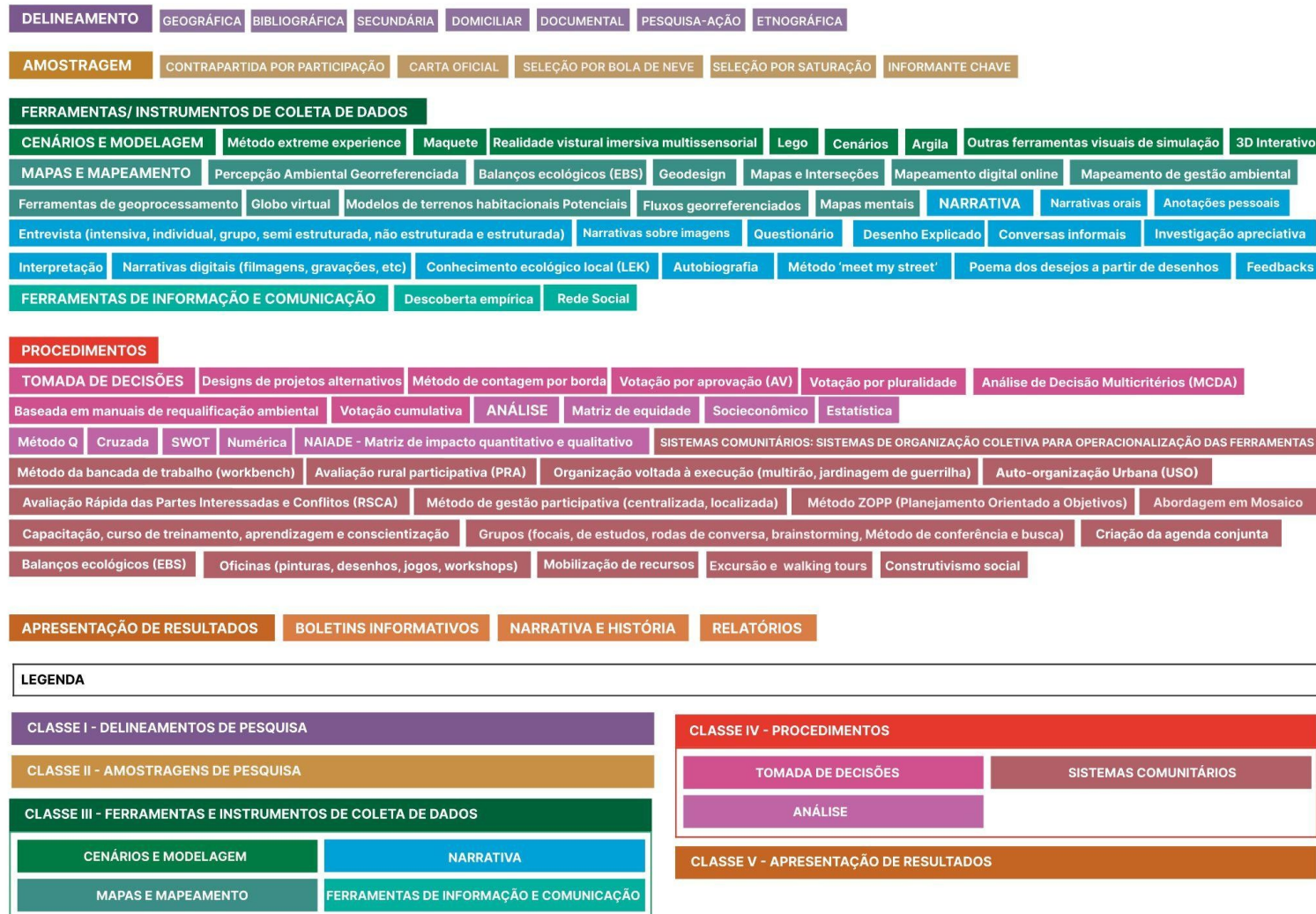


Figura 3. Mapa conceitual dos métodos de planejamento participativo. Fonte: elaborado pelos autores, 2025

executadas. A partir desse levantamento, foi possível construir um diagrama conceitual (Figura 4) que permite observar os resultados de forma gráfica.

Observou-se que nem todos os trabalhos forneceram avaliação para o(s) método(s) de planejamento participativo apresentado(s). Entre os artigos que o fizeram, percebe-se como as avaliações positivas estiveram majoritariamente presentes. No entanto, é preciso considerar que em alguns casos houve apenas o levantamento de suposições acerca de possíveis aspectos positivos oriundos da aplicação do método apresentado, e não a avaliação dos resultados de fato.

As avaliações negativas foram apontadas em menor quantidade. Porém, trouxeram aspectos importantes a serem observados na aplicação do método. Por exemplo, foi possível perceber nos artigos analisados diversas menções à falta de engajamento das pessoas (como destacado nos trabalhos de Babajanian, 2011; e Dennis, 2006). Nessas experiências, a falta de engajamento produziu visões limitadas e insatisfatórias, concluindo-se que é necessário entender as diferenças entre os participantes para a aplicação eficaz do método e sua aderência (Poolman; Van de Giesen, 2007).

A falta de engajamento esteve relacionada aos baixos níveis de escolaridade, liderança, falta de socialização e cooperação entre as comunidades e o governo (Riristuningsia; Wahyunadi; Harsono, 2017), bem como com a dificuldade de interlocução entre leigos e especialistas (Kohl; Yli-Pelkonen, 2005). Demais relatos indicam conflitos e a falta de conexão entre os participantes como impedidores do pleno sucesso do método devido à impossibilidade de criar interesses em comum (Poolman; Van de Giesen, 2007).

Outro aspecto bastante presente nas avaliações negativas da abordagem participativa diz respeito à relação entre os participantes e as instituições ou os aplicadores do método, em que a participação foi manipulada ou amparada por cenários que não se mostraram genuinamente participativos (Ghose, 2005; Sushama *et al.*, 2018). Além disso, em certos casos, decisões conjuntas não foram efetivadas, os participantes não se sentiram representados e não tiveram seus interesses atendidos, em razão do desequilíbrio de poder e de privilégios das autoridades em detrimento das necessidades das comunidades. Também ocorreram menções à falta de tempo e recursos (Abdul-Rahaman; Adusah-Karikari, 2019; Tippett *et al.*, 2005),

Como métodos criativos de planejamento, citam-se o método (1) *meet my street*, o (2) *extreme experience* e o (3) *geodesign*. O primeiro é uma abordagem na qual participantes são estimulados a registrar trechos importantes de suas ruas; o segundo é um método que usa cenários tidos como extremos, retratando situações em que os participantes são desafiados a interagirem com o espaço e suas percepções sensoriais (Cilliers; Timmermans, 2014); e o terceiro, um processo metodológico no qual são criados futuros alternativos em uma área de conflito de interesse, a partir do consenso e da negociação facilitada através da visualização de informações geográficas (Monteiro *et al.*, 2018). Também o método ZOPP (Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos) e o *workbench* convergem como técnicas de planejamento interativo que focam na necessidade dos usuários e nos pontos de vista da comunidade, por meio da escuta das pessoas envolvidas e beneficiadas pelos projetos sociais, para que haja uma construção conjunta de decisões (Bolay, 1993 apud Faquim; Buiatti; Frazão, 2018).

Com foco em análise de dados, destacam-se os métodos (1) SWOT (sigla para o inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*), o (2) *software NIAIDE (Novel Approach to Imprecise Assessment and Decision Environments)*, o (3) MCDA (*Multiple Criteria Decision Analysis*) e a (4) Metodologia Q, que contribuem para o aspecto da categorização de critérios voltados ao exame de uma dada realidade. O primeiro é um modelo conceitual analítico capaz de agrupar elementos positivos e negativos que afetam um determinado ambiente (Cowx, 2010 apud Stori *et al.*, 2019); o segundo, um *software* responsável por medir precisamente o desempenho de uma alternativa em relação a um critério de julgamento (Munda, 2006 apud Sturiale; Scuderi, 2018); e o terceiro, um conjunto de abordagens formais que consideram diversos critérios para ajudar a um indivíduo ou um grupo (Belton; Stewart, 2002). Já o último mencionado, o método Q, distingue-se dos demais processos por buscar perspectivas diferentes dos critérios avaliados por meio do estudo da subjetividade humana, com técnicas qualitativas e quantitativas (Brown, 1980). Percebe-se como a metodologia do planejamento participativo é uma abordagem com diversas formas de aplicações e objetivos.

Além da extração dos métodos apresentados nos trabalhos, foram coletadas e analisadas as avaliações das experiências participativas propostas ou



No caso de estudos em que o resultado esperado não se concretizou em sua totalidade, foi possível observar que nem sempre as avaliações foram negativas, mas apresentaram desafios a serem superados e considerados em novas aplicações do método, a fim de torná-lo mais eficiente. Observou-se, por exemplo, a necessidade de um maior desenvolvimento das tecnologias, visando melhores aproveitamentos futuros; além de maior adesão dos participantes para superior alcance das metas estipuladas. Ressalta-se aí também a questão da duração da experiência na aplicação do método. Nesse sentido, Tippet *et al.* (2005) avaliam que a participação efetiva depende de um ambiente de confiança, transparência, respeito e abertura, fatores esses que exigem tempo para se consolidar.

Dentre as avaliações positivas, diversos pontos foram levantados. Observou-se, contudo, que o desenvolvimento de um senso de comunidade e conexão entre as pessoas foram aspectos preponderantes. Sob o fundamento da coletividade, a consolidação do tecido social e colaboração entre as partes surgem como resultados de destaque na prática do planejamento participativo (como se observa, por exemplo, em Cordeiro *et al.*, 2017; e Fenster; Misgav, 2014).

A legitimidade e relevância do processo de planejamento é outro aspecto marcante citado pelos estudos. Foi possível observar que, a exemplo da elaboração de planos diretores que utilizam a metodologia de planejamento participativo, a abordagem é importante para garantir o resultado final das leis e sua aplicabilidade (Freitas; Bueno, 2018). Além disso, as menções à resignificação de espaços da cidade e apreensão de relações afetivas e socioespaciais através do planejamento participativo apontam para a esfera do pertencimento e apropriação dos espaços através da valorização histórica e cultural do ambiente urbano (Cuthill, 2004; Puşcaşu, 2014).

Em estudos com participação de crianças, foi possível entender sua relação com a educação (Pahl; Allan, 2011), além da contribuição da prática para o aumento de interações e brincadeiras (Igel *et al.*, 2020), destacando as crianças como aliadas e contribuintes para a aprendizagem de serviços comunitários, com benefícios potenciais a todos (Derr, 2015). Sob essa perspectiva, é importante destacar que os métodos visuais tendem a oferecer menos barreiras culturais e comunicativas em relação a métodos verbais (Warren-Kretschmar; Von Haaren, 2014), de modo a facilitar a participação. Considera-se, assim, o potencial dos métodos visuais para uma

maior participação das crianças nos processos de planejamento. No que se refere ao envolvimento de jovens, mostra-se essencial para mobilização desse grupo etário o seu engajamento cívico, a fim de incentivá-los à participação política e a uma aproximação da esfera local e de vivências cotidianas, uma vez que os jovens são agentes fundamentais na construção social (Frasquilho *et al.*, 2018; Ross; Coleman, 2000).

Do ponto de vista dos valores democráticos, percebe-se a importância dos métodos participativos para a validação e a confiança nas decisões, além do entendimento do peso das decisões pessoais em políticas coletivas (como, por exemplo, em Ataöv, 2007; Otero *et al.*, 2018; e Pereira, 2020). Certos métodos de planejamento participativo permitem articular projetos mais socialmente inclusivos, dando visibilidade a áreas de vulnerabilidade social e a grupos marginalizados, de modo a priorizar seus interesses em ações que promovam mudanças positivas na sociedade (tal qual se vê em Livengood; Kunte, 2012; e Mutimukuru-Maravanyika *et al.*, 2017). Além disso, alguns trabalhos foram beneficiados pela combinação de mais de um método, de modo a permitir perspectivas diversas, importantes agregadoras de valor ao processo.

Por fim, é importante citar os processos de inalienação e troca de conhecimento observados durante e após a aplicação dos métodos. O aprendizado mútuo entre especialistas e comunidades, bem como a geração e troca de conhecimento de maneira geral foram amplamente citados em estudos que implementavam capacitações, grupos de discussão, resolução de problemas, e demais técnicas que fomentam a troca entre pessoas (ver Ania Yong Chou *et al.*, 2016; e Fien *et al.*, 2002). Da mesma forma, a tomada de conhecimento por vezes permitiu a capacitação das partes interessadas, auxiliando na percepção acerca de desafios e de como enfrentá-los (Hardoy; Gencer; Winograd, 2019).

Extraídas as avaliações, destacaram-se os desafios e requisitos apontados nas experiências. A adesão e engajamento, como mencionado anteriormente, mostraram-se como o maior desafio a ser superado na aplicação das diferentes metodologias. Para tanto, devem ser observados a confiança e vínculo entre as partes, e a condução da facilitação, aspectos que interferem diretamente na participação dos grupos. Os estudos mostraram que é essencial que haja confiança mútua entre as partes,

de Santa Catarina. Essas são, portanto, particularidades a serem ajustadas em pesquisas futuras.

Finalmente, espera-se que este trabalho, que assumiu uma perspectiva abrangente na busca de dados sobre metodologias participativas, possa contribuir como base sistematizada de conhecimento sobre a temática, apoiando não apenas o campo da Arquitetura e do Urbanismo como todas as áreas interessadas no êxito dessa abordagem.

## Referências

ABDUL-RAHAMAN, B. A.; ADUSAH-KARIKARI, A. The rhetoric and reality of development planning for rural development in Ghana: the case of East Gonja District in Northern Ghana. *Journal of Asian and African Studies*, v. 54, n. 5, p. 656-673, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0021909619836137>

ADAMS, G. Colaboração interdisciplinar e participação do usuário como metodologia projetual. In: RIO, V. D.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs.). *Projeto de lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQ, 2002. p. 45–58.

ANAAFO, D.; APPIAH TAKYI, S. Spatial planning in the digital age: the role of emerging technologies in democratising participation in spatial planning in Ghana. *International Planning Studies*, v. 26, n. 2, p. 117–129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13563475.2020.1752159>

ANIA YONG CHOU, A. et al. Uso y manejo de prácticas agroecológicas en fincas de la localidad de San Andrés, municipio La Palma. *Cultivos Tropicales*, v. 37, n. 3, p. 15–21, jul. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.2756.3761>

ATAÖV, A. Democracy to become reality: participatory planning through action research. *Habitat International*, v. 31, n. 3–4, p. 333–344, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2007.04.002>

BABAJANIAN, B. V. Problematizing the community-contribution requirement in participatory projects: evidence from Kyrgyzstan. *Development in Practice*, v. 21, n. 3, p. 317–329, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/09614524.2011.558068>

além de equilíbrio de poder, de modo a permitir a participação plena. Do mesmo modo, é imprescindível que o planejamento participativo seja um processo comunicativo, onde todas as partes envolvidas tenham voz e que essas sejam ouvidas. A confiança, transparência e respeito são essenciais para que o método funcione, os interessados se engajem e os resultados esperados sejam alcançados.

Por fim, outros desafios que podem ser relacionados são o conhecimento em tecnologia e informática. Os artigos apresentaram as tecnologias como potenciais aliadas do método participativo, sendo necessário o devido apoio às partes interessadas, para que o método não seja repulsivo e garanta a inclusão. Assim, o requisito de experiência prévia em informática deve levar em conta os atores envolvidos, a fim de facilitar a aplicação do método.

## Conclusões

Este trabalho teve o objetivo de revisar publicações que comunicavam processos de planejamento participativo. Em vista disso, foram descritas metodologias referentes à participação social, avaliações sobre os métodos relatados, além da elaboração de esquemas gráficos relativos às metodologias e avaliações revisadas.

Em síntese, a conexão entre pessoas e lugares, a reformulação do vínculo afetivo entre indivíduos e espaços da cidade, bem como a pertinência e autenticidade do processo participativo foram identificados como aspectos positivos das avaliações. Quanto às condições negativas, destacam-se a falta de engajamento social, cenários não colaborativos de fato, com manipulação da participação, além da desigualdade de poder e privilégio frente às demandas da população. Vale também destacar os desafios enfrentados durante a aplicação do método participativo como o conflito de interesses de grupos, a capacidade de implementação do projeto, e a construção de um processo comunicativo inclusivo garantindo confiança e respeito entre os membros participantes.

Apesar dos resultados promissores, esta pesquisa apresenta limitações no que diz respeito à associação de avaliações positivas e negativas a cada método, individualmente. Em vez disso, os pesquisadores optaram por uma análise avaliativa geral, sem especificar exatamente a qual método se fazia referência. Outra limitação é a falta de consulta a materiais não acessíveis à comunidade da Universidade Federal

FAQUIM, J.; BUIATTI, N.; FRAZÃO, P. O método ZOPP e a organização do trabalho interprofissional voltado à atenção pré-natal em duas unidades de atenção básica. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 117, p. 292–407, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811704>

FENSTER, T.; MISGAV, C. Memory and place in participatory planning. *Planning Theory & Practice*, v. 15, n. 3, p. 349–369, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/14649357.2014.932427>

FIEN, J. et al. Participatory planning as environmental adult education: a case study of local environmental governance in Thailand. *Applied Environmental Education & Communication*, v. 1, n. 4, p. 255–262, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1080/15330150290106176>

FRASQUILHO, D. et al. Dream teens: adolescents-led participatory project in Portugal in the context of the economic recession. *Health Promotion Practice*, v. 19, n. 1, p. 51–59, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1524839916660679>

FREITAS, E. L. H.; BUENO, L. M. M. Processos participativos para elaboração de planos diretores municipais: inovações em experiências recentes. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 10, p. 304–321, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.002.AO09>

GHOSE, R. The complexities of citizen participation through collaborative governance. *Space & Polity*, v. 9, n. 1, p. 61–75, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/13562570500078733>

GÖBEL, H. K. Users with/out bodies: the material politics of social differentiation in participatory planning and architecture from the performative arts. *City*, v. 21, n. 6, p. 836–848, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13604813.2017.1412639>

HARDOY, J.; GENCER, E.; WINOGRAD, M. Participatory planning for climate resilient and inclusive urban development in Dosquebradas, Santa Ana and Santa Tomé. *Environment and Urbanization*, v. 31, n. 1, p. 33–52, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0956247819825539>

BELTON, V.; STEWART, T. *Multiple criteria decision analysis: an integrated approach*. New York: Springer, 2002.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, Umarama, v. 22, n. 1, p. 105–117, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 26 out. 2025.

BROWN, S. R. *Political subjectivity*. New Haven: Yale University Press, 1980.

CILLIERS, E.; TIMMERMANS, W. The importance of creative participatory planning in the public place-making process. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 41, n. 3, p. 413–429, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/b39098>. Acesso em: 26 out. 2025.

CORDEIRO, A. M. R. et al. Desenvolvimento e educação: o planejamento estratégico integrado como fator de transformação societal de um território. O caso do município da Lousã (Portugal). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 9, p. 271–285, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.SUPL1.AO02>

CUTHILL, M. Community visioning: facilitating informed citizen participation in local area planning on the Gold Coast. *Urban Policy and Research*, v. 22, n. 4, p. 427–445, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/0811114042000296335>

DENNIS, S. F. Prospects for qualitative GIS at the intersection of youth development and participatory urban planning. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 38, n. 11, p. 2039–2054, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1068/a3861>

DERR, V. *Integrating community engagement and children's voices into design and planning education*. *CoDesign*, v. 11, n. 2, p. 119–133, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/15710882.2015.1054842>

IGEL, U. et al. "Movement-enhancing footpaths" – a natural experiment on street design and physical activity in children in a deprived district of Leipzig, Germany. *Preventive Medicine Reports*, v. 20, p. 1–4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2020.101197>

KIM, D.; KANG, J. E. Integrating climate change adaptation into community planning using a participatory process: the case of Saebat Maeul community in Busan, Korea. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 45, n. 4, p. 669–690, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0265813516683188>

KOHL, J.; YLI-PELKONEN, V. The role of local ecological knowledge in sustainable urban planning: perspectives from Finland. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, v. 1, n. 1, p. 3–14, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/15487733.2005.11907960>

LIVENGOOD, A.; KUNTE, K. Enabling participatory planning with GIS: a case study of settlement mapping in Cuttack, India. *Environment and Urbanization*, v. 24, n. 1, p. 77–97, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0956247811434360>

MARTINI, E. R.; TORTI, A. *Fare lavoro di comunità: riferimenti teorici e strumenti operativi*. Roma: Carocci Editore, 2003.

MONTEIRO, L. et al. Geodesign facing the urgency of reducing poverty: the cases of Belo Horizonte. *Disegnarecon*, v. 11, n. 20, p. 1–25, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20365/disegnarecon.20.2018.6>

MUTIMUKURU-MARAVANYIKA, T. et al. Enhancing women's participation in decision-making in artisanal fisheries in the Anlo Beach fishing community, Ghana. *Water Resources and Rural Development*, v. 10, p. 58–75, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wrr.2016.04.001>

OTERO, I. et al. Democratizing wildfire strategies: do you realize what it means? Insights from a participatory process in the Montseny region (Catalonia, Spain). *PLoS ONE*, v. 13, n. 10, p. 1–35, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0204806>

PAHL, K.; ALLAN, C. "I don't know what literacy is": uncovering hidden literacies in a community library using ecological and participatory research methodologies with children. *Journal of Early Childhood Literacy*, v. 11, n. 2, p. 190–213, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468798411401864>

PEREIRA, D. A. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. *Cadernos Metrópole*, v. 22, n. 47, p. 147–172, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4707>

POOLMAN, M.; VAN DE GIESEN, N. Participation: rhetoric and reality. The importance of understanding stakeholders based on a case study in Upper East Ghana. *International Journal of Water Resources Development*, v. 22, n. 4, p. 561–573, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/07900620600813191>

PUŞÇAŞU, R. Delusional cities: beyond the projected identity of urban space. *Annals of Philosophy, Social and Human Disciplines*, v. 1, p. 63–75, 2014.

RIRISTUNINGSIA, D.; WAHYUNADI; HARSONO, I. Public participation in rural development planning (a study in Lopok Village, Lopok District, Sumbawa Regency – West Nusa Tenggara). *Jurnal Ekonomi dan Studi Pembangunan*, v. 9, n. 1, p. 57–64, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17977/um002v9i12017p057>

ROSS, L.; COLEMAN, M. Urban community action planning inspires teenagers to transform their community and their identity. *Journal of Community Practice*, v. 7, n. 2, p. 29–45, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1300/J125v07n02\\_02](https://doi.org/10.1300/J125v07n02_02)

STORI, F. et al. Traditional ecological knowledge supports ecosystem-based management in disturbed coastal marine social-ecological systems. *Frontiers in Marine Science*, v. 6, n. 571, p. 1–22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3389/fmars.2019.00571>

STURIALE, L.; SCUDERI, A. The evaluation of green investments in urban areas: a proposal of an eco-social-green model of the city. *Sustainability*, v. 10, n. 12, p. 1–22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10124541>

SUSHAMA, P. et al. Dark clouds in co-creation, and their silver linings. *Global Health Action*, v. 11, n. 1, p. 1–7, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/16549716.2017.1421342>

TIPPETT, J. et al. Social learning in public participation in river basin management—early findings from HarmoniCOP European case studies. *Environmental Science & Policy*, v. 8, n. 3, p. 287–299, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2005.03.003>

VANDRESEN, L. et al. Participatory planning and quality assessment: contributions of a nursing management technology. *Escola Anna Nery*, v. 23, n. 2, p. 1–8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0330>

WARREN-KRETZSCHMAR, B.; VON HAAREN, C. Communicating spatial planning decisions at the landscape and farm level with landscape visualization. *iForest – Biogeosciences and Forestry*, v. 7, n. 1, p. 434–442, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15488/1987>

ZHANG, L. et al. The usefulness of a web-based participatory planning support system in Wuhan, China. *Computers, Environment and Urban Systems*, v. 74, p. 208–217, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.compenurbsys.2018.11.006>

Os autores deste trabalho têm apoio das seguintes fontes de financiamento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq; Programa de Bolsas de Extensão – PROBOLSAS/Universidade Federal de Santa Catarina; Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina; Programa Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/DS.